

Editorial

Caro Leitor,

Este é o Número 2 do Volume 4 (Abr-Jun/2010) da **RIC – Revista de Informação Contábil**. Como reflexo da boa avaliação que a RIC recebeu da CAPES (conceito B4, no Qualis-CAPES), um número expressivo de artigos está sendo submetido à RIC para avaliação. Isso certamente contribuirá para termos artigos ainda melhores do que os que já foram publicados até aqui, por duas razões. Primeiramente porque aumentamos nossas chances de atrair artigos de autores que, numa avaliação típica de agente racional, evitavam “desperdiçar” seus esforços, publicando numa revista sem avaliação da CAPES. A segunda razão é que com o maior fluxo de artigos, poderemos ser ainda mais seletivos do que já vimos sendo atualmente.

Com isso, ganham todos. Ganham os leitores, que terão artigos com elevado nível de qualidade, resultado de pesquisas que, efetivamente, tragam conhecimento científico novo sobre a produção e utilização da informação contábil. Ganham os autores que tiverem seus artigos publicados na RIC, que têm a certeza de que estão publicando num periódico que continuará primando pelo rigor e seriedade, almejando melhorar ainda mais seu conceito na CAPES. Finalmente, ganha a comunidade científica, que passa a ter um veículo exigente, confiável e isento para a publicação de sua produção.

Quatro artigos foram selecionados para este número. O primeiro, **Uma Visão Atual do Processo de Controle e Gerenciamento de Riscos Operacionais nos Maiores Bancos Brasileiros**, de autoria de Francisco Carlos Fernandes, Adriana Kroenke, e Ari Söthe, avalia como estão os processos de gerenciamento de riscos operacionais nos dez maiores bancos brasileiros por ativo total. O estudo investiga se existe diferenças relacionadas à estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais; política de gerenciamento; publicação de relatórios de divulgação, referentes à gestão de riscos operacionais; e investimentos no treinamento contínuo de seus funcionários. A pesquisa revela, dentre os dez maiores bancos brasileiros, o Banco do Brasil, o Banco Real, o Itaú e o Santander são as instituições financeiras mais adiantadas no processo de gerenciamento de riscos operacionais em conformidade com o Novo Acordo de Capitais da Basileia. Destaca-se o Banco Santander, que atendeu a todos os itens de gerenciamento dos riscos operacionais analisados, sendo também classificado como o primeiro no *ranking* desenvolvido nesta pesquisa.

O segundo artigo, **Avaliação do Grau de Conhecimento sobre Ativos Intangíveis de Acordo com a Lei N. 11.638/2007: um estudo com estudantes do Ensino superior em ciências contábeis**, de Donizete Reina, Sandra Rolim Ensslin, Cleyton de Oliveira Ritta, e Camila Schmitt Rezende, avalia o grau de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis de Santa Catarina sobre Ativos Intangíveis, dando ênfase aos aspectos ao contido na Lei n. 11.638/07 a esse respeito. O estudo revela que: (a) a maioria conhece a atual composição do

grupo Ativo Permanente; (b) um desconhecimento de quais normas internacionais tratam sobre o tema; (ci) um desconhecimento da Lei n. 11.638/2007 no que diz respeito ao conceito dos Ativos Intangíveis e das contas que o compõem; (d) grande parte dos alunos não está atualizado sobre a composição do custo do Intangível; (e) a maioria dos alunos registra o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura de forma correta (no Ativo Intangível); e (f) a grande maioria dos alunos considera que o conhecimento sobre os AIs é importante em sua formação de contador.

O terceiro artigo, **A Influência de Fatores Contingenciais nos Níveis de Sofisticação de Implantações do Balanced Scorecard: estudo de casos**, de Rosana Carmen de Meiroz Grillo Gonçalves, Lucileni Pereira da Silva, utiliza-se da experiência de implantação do BSC em quatro empresas, para investigar como determinados fatores contingenciais influenciam tais mudanças e contribuem para a efetividade do BSC implantado. O estudo revela que, de modo geral, conforme cresce o nível de pressão competitiva e o tamanho da empresa, mais sofisticado é o BSC. Em todas as empresas, estiveram presentes a determinação e o engajamento para mudança. Foram identificados dois principais fatores que diferenciam as empresas e possibilitam relevantes comparações, quanto ao tipo de BSC: os objetivos específicos para mudança e as demandas dos grupos controladores. De acordo com os autores, os resultados também possibilitaram a expansão do modelo usado para a classificação de diferentes níveis de sofisticação dos BSC.

O quarto artigo, **Participação dos Instrumentos Financeiros Derivativos no Balanço Patrimonial de Companhias Brasileiras**, de Roberto Carlos Klann, Paulo Roberto da Cunha e Jorge Ribeiro de Toledo Filho, descreve os resultados de um estudo sobre mudanças na participação dos instrumentos financeiros derivativos nos ativos e passivos totais das empresas, como resultado do processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB). O objetivo é analisar a participação dos derivativos na riqueza das empresas brasileiras, antes e após a vigência da Lei 11.638/07. Os resultados apontam para um acréscimo considerável dos derivativos evidenciados nos ativos e passivos das empresas da amostra, sendo superior no ativo em relação ao passivo.

Tenham uma boa leitura.

Luiz Carlos Miranda, Ph.D.

Editor